

MP COLOCA A EDUCAÇÃO FÍSICA no centro do debate nacional

DESDE O ANÚNCIO DA MP 746/2016, CONTESTADA PELA MAIORIA DA POPULAÇÃO, A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR FOI REFORÇADA POR INÚMEROS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO, INSTITUIÇÕES DE ENSINO E DEBATES PÚBLICOS

O Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, no dia 22 de setembro, a Medida Provisória (MP) 746/2016 para reestruturação do Ensino Médio. A MP altera, entre outros, o Art.26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a disciplina de Educação Física, que antes era prevista em todas as etapas da Educação Básica (Infantil, Fundamental e Médio), passa a ser obrigatória apenas nos ensinos Infantil e Fundamental.

Imediatamente após tomar conhecimento da proposta, o CONFEF se manifestou publicamente através de uma Nota de Repúdio. No Facebook, a Nota alcançou mais de dois milhões de pessoas, contabilizando 70.974 reações, comentários e compartilhamentos. O posicionamento do Conselho foi amplamente repercutido também nos veículos de comunicação, que deram voz aos profissionais, representantes e entidades da área. A Educação Física foi tema de inúmeras reportagens, programas de TV, de rádio, entrevistas, e esteve no centro do debate a respeito da reforma do Ensino Médio.

A MP cria a Política de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Para isso, eleva a carga horária mínima anual, progressivamente, das atuais 800 horas para 1.400 horas. De acordo com a MP, cerca de 1.200 horas da carga horária total do Ensino Médio serão destinadas ao conteúdo obrigatório definido pela base nacional. No restante da formação, os alunos poderão escolher seguir cinco trajetórias: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional.



Como a MP foi anunciada logo após a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, a associação entre a desvalorização do esporte e o resultado dos atletas nas competições também foi inevitável. Inúmeros esportistas se manifestaram contrários à MP, entre eles a ex-jogadora de Basquete Magic Paula [CREF 047108-G/SP], a nadadora Joanna Maranhão, o ex-lutador Wanderlei Silva, o jogador de Basquete Tiago Splitter, Fabiana Beltrame, do Remo, a medalhista olímpica e sócia fundadora da ONG Atletas pelo Brasil, Ana Moser [CREF 021815-P/SP], entre outros.

A MP também mobilizou os cidadãos no portal do Senado Federal. Na página de Consulta Pública da MP, já são contabilizados mais de 4 mil votos a favor e mais de 71 mil contra a medida.

Entre as manifestações, também destacam-se a do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e a da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

23/09/2016 11h03

Professores de Educação Física se revoltam com Ministério da Educação do governo Temer

A proposta de mudança de organização das aulas de educação física no currículo escolar do ensino médio foi duramente criticada pelo Conselho Federal de Educação Física (Cofef) nesta quinta-feira. A reação dos professores de educação física é muito grande.

“O Cofef considera...

Estudos científicos embasam oferta de artes e educação física na escola

Por: [SentiLecto](#)

23/09/2016

Dedicar-se a uma atividade artística faz uma pessoa ficar mais inteligente e melhorar seu desempenho em outras disciplinas, como matemática e redação. Praticar uma atividade física, além de melhorar coordenação motora e ampliar a consciência, melhora o raciocínio e a produção de substâncias como a dopamina, a serotonina, a glândula e a acetilcolina, entre outras.

Na última semana, o **Pressão por esportes e artes no ensino médio atingirá governo e Congresso**

Miguel Miguel Elia
República Federalista
No mundo, não há
nenhuma escola que
“A não ser que o
mundo por T. L.



Educação física ajuda a formação cognitiva e social dos estudantes, dizem especialistas

THIAGO AMÂNCIO
DE SÃO PAULO

23/09/2016 © 02h00

MP RECEBE MAIS DE 500 EMENDAS PARLAMENTARES

A partir do anúncio da MP, o Sistema CONFEE/CREFs se mobilizou junto aos parlamentares, Profissionais de Educação Física e a sociedade como um todo. As ações incluíram participação em Audiências Públicas, visitas a gabinetes de Deputados, Senadores e Ministro da Educação. Devido a mobilização, antes de seguir para análise da Comissão Mista (formada por Deputados e Senadores), a MP recebeu 568 emendas de 93 parlamentares. Entre as mudanças sugeridas, a obrigatoriedade da Educação Física esteve presente em grande parte das emendas.

Logo em seguida, a Comissão Mista foi instaurada sob presidência e vice-presidência do deputado Izalci Lucas e senador Elmano Férrer, respectivamente. O relator é o senador Pedro Chaves e o relator revisor é o deputado Wilson Filho. A comissão aprovou alterações na MP, como o retorno das disciplinas de Educação Física e Artes. O texto, agora como Projeto de Lei de Conversão (PLC) 34/2016, seguirá para análise dos Plenários da Câmara e do Senado Federal.



MINISTRO DO ESPORTE DEFENDE PERMANÊNCIA DA DISCIPLINA

Em audiência pública na Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, o ministro do Esporte Leonardo Picciani se posicionou contra a retirada das aulas de Educação Física do currículo do Ensino Médio.

“Minha posição enquanto ministro do Esporte é na defesa da permanência da Educação Física como matéria curricular obrigatória. Mas é inegável que o Ensino Médio precisa de uma reforma que modernize, aumente o interesse e o torne mais contemporâneo e aplicável à vida das pessoas”, opinou. “A efetividade da prática não é uma questão curricular. Não creio que devemos parar por aí. Devemos avançar na prática da Educação Física, ofertando a disciplina ao total de estudantes, seja com a presença de profissionais da área ou com a oferta de equipamentos e modalidades”, prosseguiu.

“A MP recebeu 568 emendas de 93 parlamentares. Entre as mudanças sugeridas, a obrigatoriedade da Educação Física esteve presente em grande parte das emendas”



“Minha posição enquanto ministro do Esporte é na defesa da permanência da Educação Física como matéria curricular obrigatória”

O ex-ministro da Educação, Renato Janine, também se posicionou contrário a retirada das disciplinas de Artes, Sociologia, Filosofia e Educação Física do Ensino Médio em uma rede social. “A Educação Física melhora o humor, a saúde, afasta doenças e muitas vezes também a droga e a violência. Melhora o ambiente e também evita futuros gastos com saúde”, postou.

O atual ministro da Educação, Mendonça Filho, recebeu o deputado federal Evandro Roman e os representantes do CONFEF e do CREF9/PR no Gabinete do Ministério da Educação para discutir assuntos pertinentes à Educação Física em todos os níveis da educação. O Sistema CONFEF/CREFs se colocou à disposição do Ministério para que possam fortalecer a Educação Física Escolar, beneficiando a sociedade e os Profissionais de Educação Física.

NÃO EXISTE EDUCAÇÃO SEM EDUCAÇÃO FÍSICA

O Sistema CONFEF/CREFs defende a permanência da obrigatoriedade da Educação Física no Ensino Médio, pois a exclusão da disciplina para crianças e jovens poderia trazer prejuízos tanto imediatos como posteriores aos cidadãos.

Para Ricardo Catunda [CREF 000001-G/CE], Doutor em Ciências da Educação e presidente da Comissão de Educação Física Escolar do CONFEF, a idade escolar representa um período crítico para as crianças e jovens no que se refere à adoção de comportamentos de saúde.

“Consensos internacionais recomendam 300 minutos semanais de atividade física moderada a vigorosa, e consideram que os jovens devem constituir um grupo alvo prioritário das políticas públicas em programas de educação e promoção da saúde. Promover saúde em escolares significa capacitá-los para a tomada de decisão, garantindo que os jovens possam acreditar que as atividades físicas tratadas nas aulas de Educação Física, podem influenciar suas vidas para que façam opções saudáveis”, defende Catunda.

O Conselho permanece atento ao andamento da MP e convoca os Profissionais de Educação Física a entrarem em contato com os parlamentares dos seus respectivos estados para reforçar a permanência da Educação Física no Ensino Médio.

Participe da Consulta Pública no portal do Senado Federal em www.confef.com/369